UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

A INTERFERÊNCIA DO COMPLEXO HIDROELÉTRICO DA BACIA DO RIO TAPAJÓS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – PA (2002-2017)

Ana Beatriz de Lima Watanabe

Prof. Dr. Paulo R Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Júlio de Mesquita Filho
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ANA BEATRIZ DE LIMA WATANABE

A Interferência do Complexo Hidroelétrico da Bacia do Rio Tapajós nas Comunidades Quilombolas – PA (2002-2017)

Projeto de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Rio Claro
2017

621.312134 Watanabe, Ana Beatriz de Lima
W324i A interferência do complexo hidroelétrico da bacia do rio Tapajós nas comunidades quilombolas - PA (2002-2017) / Ana Beatriz de Lima Watanabe. - Rio Claro, 2017
47 f. : il., figs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura e bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Usinas hidrelétricas. 2. Hidroelétricas. 3. Quilombos. 4. Tapajós. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP - Ana Paula S. C. de Medeiros / CRB 8/7336

Dedico este trabalho aos quilombolas paraenses que lutam diariamente contra a ganância da elite governamental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que proporcionaram minha vida acadêmica. Em primeiro lugar à minha família que me ajudou e apoiou em toda minha trajetória desde o início da graduação. Sem eles nada disso poderia ter acontecido. Obrigada em especial à minha mãe, irmã e avó, a quem amo incondicionalmente.

Não poderia deixar de citar àqueles que socialmente lutaram para que eu pudesse estar em uma universidade pública. O meu eterno agradecimento à todos os envolvidos na militância negra, meus ancestrais e jovens que batalham todos os dias para oferecer um estudo de qualidade aos demais.

Às minhas incríveis amigas, Thayná e Marina. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, por fazer meus dias mais alegres, por entrarem em crise comigo, pelos campos incríveis, por todos os anos de graduação. Vocês fazem a diferença na minha vida.

Não poderia deixar de lado o meu agradecimento aos Projetos de Extensão que fizeram dos meus anos algo incrível. Cia Éxciton e Coral Uirapuru. Definitivamente, se não fosse por vocês, não acredito que teria ficado para completar meu curso. Obrigada a todos que fizeram e fazem parte desses projetos incríveis.

Para finalizar, obrigada ao meu orientador, por aceitar o desafio de um tema que muitos teriam rejeitado. Obrigada pelas conversas, dicas e correções que me fizeram crescer enquanto estudante, mas principalmente enquanto futura geógrafa.

Lutar para nós é ver aquilo
que o Povo quer
realizado.
É ter a terra onde nascemos.
É sermos livres pra trabalhar.
É ter pra nós o que criamos
lutar pra nós é um destino -
é uma ponte entre a descrença
e a certeza do mundo novo.
Na mesma barca nos encontramos.
Todos concordam - vamos lutar.

(Agostinho Neto)

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Mapa de Localização da Bacia do Tapajós.....18

MAPA 02 – Área de Estudo da Localização das

Usinas Hidroelétricas.....21

MAPA 03 – Índice de Exclusão Social – Região Norte.....34

MAPA 04 – Índice de Exclusão Social – Estado do Pará.....35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 - Carta aberta à sociedade.....23

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Quadro Geral da Titulação de Terras em Belém – PA.....38
TABELA 02 – Quadro Geral da Titulação de Terras em Santarém – PA.....38

TABELA 03 – Relação de processos abertos no Estado do Pará.....39
TABELA 04 - Relação de processos abertos no Estado do Pará.....40

TABELA 05 - Relação de processos abertos no município de

Santarém – PA.....41

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPF – Ministério Público Federal

MTST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNRH – Programa Nacional de Recursos Hídricos

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

FNB – Frente Negra Brasileira

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

MNU - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

RESUMO

O presente trabalho abordará a questão da construção e funcionamento das hidroelétricas do Complexo do Rio Tapajós, a partir das normas apresentadas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. A problemática envolve principalmente as comunidades quilombolas no estado do Pará e a remoção dos sujeitos de seus lares. Sem amparo governamental, essa população negra vê seus direitos serem removidos um a um. É neste cenário que entra em vigor os diversos pedidos pela titulação de terras, onde constitucionalmente os direitos são assegurados. Não obstante, as mais variadas problemáticas advêm da execução desses megaprojetos, como a violência de diversas ordens, o desequilíbrio entre flora e fauna local, a desapropriação territorial e o descumprimento de lei. Relacionando com a historicidade da região Norte, observa-se o âmbito da formação social em que a escravidão se deu de maneira diferenciada e até hoje se perpetua trazendo questionamentos de natureza política e econômica. Por fim, dá-se vez aos movimentos sociais enfrentando todo tipo de adversidade que lhes é imposta.

Palavras chave: hidroelétricas; quilombos; Tapajós.

ABSTRACT

This paper will approach the matter of a construction and functioning on hydroelectrics of Tapajós River Complex presented on PAC standards. The problem itself involves the black community in the state of Pará and the subjects removal from theis homes. Without governmental help this population sees their rights being removed one by one. It is on this scenes that cames in a hundred requests regarding the land rights writing on the constituition. However, a lot of problems can appear following the megaprojects like a variety of violence, the local imbalance between wildlife and flora, the territorial desapropriation and noncompliance of law enforcement. Relating to the history of North region it can be seen the social formation where slavery was diferente than the rest of the country wich brought nowadays questions about politics and economy. At the end the social movements have their time to fight adversity that comes into their path.

Key words: hydroelectrics; quilombola; Tapajós.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....13
2. METODOLOGIA DE PESQUISA E INTERPRETAÇÃO.....15
3. OBJETIVOS.....16
3.1 Objetivos Gerais.....16
3.2 Objetivos Específicos.....16
4. O COMPLEXO HIDRELÉTRICO NA BACIA DO RIO TAPAJÓS.....17
5. HIDROPOLÍTICA.....19
6. AS USINAS DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS E JATOBÁ.....20
6.1 Energia para quem?.....25
7. ANALISANDO CONTEXTOS.....26
7.1 O papel do Estado.....26
7.2 A organização social brasileira.....27
8. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....28
8.1 Os Quilombos 29
9. A REALIDADE PARAENSE MARCADA POR CONFLITOS DE TERRAS E RACIAIS.....32
10. TITULAÇÃO DAS TERRAS.....37
11. MOVIMENTOS NEGROS.....42
12. CONCLUSÃO.....44.
13. REFERÊNCIAS.....45

1. INTRODUÇÃO

É longa a lista de autores que estudam a relação dos quilombos brasileiros com a escravização no país. Diversas vezes, os quilombos foram retratados como comunidades isoladas que pretendiam recriar a África na América, o que assustava os grandes senhores de engenho e colonizadores. No Brasil, a memória dos quilombos atuais não foi definitivamente apagada, pois ainda é visto o que chamamos de “comunidades remanescentes de quilombos”, infelizmente são relatos majoritariamente escritos por pessoas de fora, ao passo que a tradição oral foi sendo afunilada. A oralidade de relatos é de extrema importância, uma vez que a história nem sempre é retratada nos documentos escritos. Nesse sentido, a memória faz-se viva, no que concerne a reconstituição do processo histórico, sendo que, é vista entre os netos e bisnetos de quilombolas cujas narrações expressam lembranças coletivas.

Fazendo um recorte espacial brasileiro, a escravidão no Amazonas pode parecer mais sutil em comparação ao resto do país, há lá uma concretização de comunidades negras rurais estabelecidas no entorno de lagos da região. A mão-de-obra escrava no Norte se deu mais expressivamente no âmbito agropecuário, nos serviços domésticos e algumas atividades urbanas, casos que foram compartilhados com a mão-de-obra indígena.

> Na Amazônia, a relação quilombola/meio ambiente não foi fundamental apenas para a fuga, mas, principalmente, para a sobrevivência e reprodução dos quilombos como organização social diferenciada da ordem escravista. O escravo, até então ocupado em atividades agropastoris e serviços domésticos, se viu diante de uma nova realidade, na qual além da agricultura, devia caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sobrevivência. (REIS; GOMES, 1996, p. 480).

A partir da incorporação do ambiente à vida, as atividades econômicas dos quilombolas passaram a ser o extrativismo, a agricultura e o comércio em menor escala. A coleta da castanha ainda é uma das maiores fontes de renda e a economia de subsistência é vista quase na totalidade das comunidades.

A pesquisa em questão tem intuito de apresentar um maior enfoque na área geográfica no que diz respeito a culturas tradicionais, analisando aspectos religiosos, artísticos, econômicos, governamentais, entre outros fenômenos que indicam a constante mudança no espaço geográfico. Sendo este um tema atual, que não é colocado em evidência nos grandes meios de comunicação, a contribuição esperada é de fundamental importância para todos os que diariamente são silenciados pelo sistema do qual fazemos parte.

O estudo de megaprojetos hidroelétricos deve ser realizado a fim de apontar e reestruturar os impactos que estes causam na população quilombola que se encontra sob a mira de grandes corporações, uma vez que elas são indispensáveis para a reprodução do saber e do conhecimento hereditário. Um dos pontos fundamentais para entender essa rede de estudos é a participação do Estado no interesse do capital e no interesse social, uma vez que dada a situação é possível explanar uma desigualdade de investimentos e preocupações entre os eixos em questão.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA E INTERPRETAÇÃO

O trabalho de investigação se pautará pelo uso de duas metodologias: metodologia de pesquisa e de interpretação. A primeira relaciona-se ao conjunto de procedimentos técnicos e operacionais que visam orientar o levantamento bibliográfico, fichamento e seleção bibliográfica, organização de dados estatísticos e documentos cartográficos. Sendo de fundamental importância João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, com o livro Liberdade por um fio. A metodologia de interpretação visa a fundamentação teórica e conceitual da pesquisa, orientando a análise do objeto de pesquisa e as múltiplas relações com o campo da geografia e das ciências humanas.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivos Gerais

Analisar a capacidade organizacional das comunidades quilombolas frente aos impactos dos projetos hidroelétricos na região do Vale do Tapajós, avaliando também elementos geográficos, como a estrutura social brasileira, ou seja, a forma como se deu a organização da sociedade e as funções necessárias para cada grupo, além de papéis sociais, status, privilégios e deveres. Discutir o aumento da riqueza, que acarreta na decisão de onde e porque instalar um determinado megaprojeto em uma área específica e, por fim a configuração do cenário atual, com documentos oficiais expedidos pelo governo e suas ações com relação à área de estudo.

3.2 Objetivos Específicos

Atuar sobre a questão da importância do Rio Tapajós, que influencia a sobrevivência de milhares de habitantes quilombolas, além de ditar o ritmo de vida dos moradores das cidades banhadas por ele, como Itaituba e Santarém. O rio e seu regime anual de secas e cheias é a principal fonte de recursos para as comunidades. Além de ser o lar para uma quantidade inestimável de vida e biodiversidade animal e vegetal. É então fundamental explorar os impactos ambientais e sociais, tais como o aumento do desmatamento, a redução da biodiversidade, os deslocamentos forçados de comunidades quilombolas, além da abertura de estradas ilegais e a invasão de terras indígenas por mineradores, caçadores e madeireiros criminosos, o aumento populacional urbano sem planejamento, o aumento significativo do tráfico de drogas, a prostituição e a escalada da violência regional. Entender a organização dos movimentos negros contemporâneos frente a essas situações e quais as dificuldades encontradas pelos moradores.

4. O COMPLEXO HIDRELÉTRICO NA BACIA DO RIO TAPAJÓS

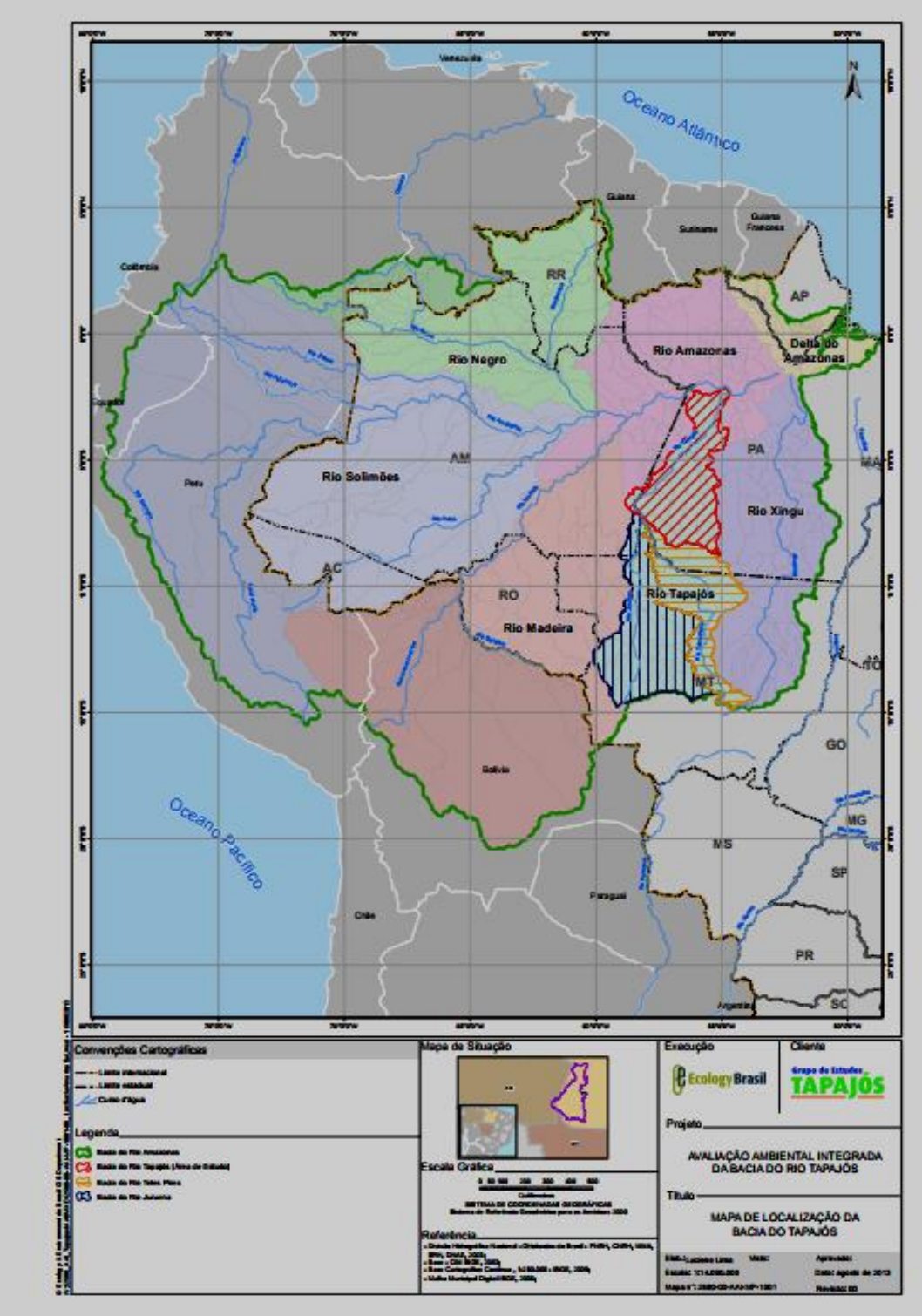
A região Norte é para muitos, fonte inesgotável de recursos naturais, fato que leva a uma ocupação indevida de diversos projetos com suas respectivas finalidades. Projetos esses que são em sua totalidade financiados pelo próprio governo nacional, atuando em regiões menos desenvolvidas economicamente e com realidades diferentes.

A ocupação dessa região se dá através da pluralidade de etnias, sendo elas indígenas e quilombolas. Os conflitos entre as etnias com a sociedade brasileira e seus efeitos temporais nunca foram prioridade no processo de ocupação e execução de políticas públicas na região Norte. Apesar da ancestralidade, muitos desses grupos não possuem seus direitos de terras reconhecidos pelo poder público.

Os municípios da bacia do Tapajós, no estado do Pará são: Santarém, Itaituba, Belterra, Aveiro, Novo Progresso, Juruti, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão. Apenas um município do estado do Amazonas, Maués, tem 11% do seu território na bacia do Tapajós. Esses municípios integram as Mesorregiões do Baixo Amazonas e do Sudeste Paraense, são muito extensos e as localidades ficam distantes das respectivas sedes.

A porção oeste do estado do Pará banhada pela bacia do rio Tapajós é uma das regiões mais preservadas do Brasil. O complexo hidroelétrico é um conjunto de, atualmente, sete grandes usinas hidrelétricas projetadas para a produção de energia, cuja gênese é o barramento dos rios Tapajós e Jamanxin, previsto para ser colocadas em funcionamento a partir de 2017, na bacia do rio Tapajós, estima-se que ao menos 2,3 mil pessoas de 32 comunidades serão afetadas diretamente. A região estudada pode ser observada no seguinte mapa

MAPA 01 – Mapa de Localização da Bacia do Tapajós



Fonte: Ecology Brasil, 2013.

O programa brasileiro para a expansão das usinas hidrelétricas nesta área abriga seis barragens que foram incluídas no Segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) para 2011-2015. No Complexo Tapajós está prevista a construção da UHE Cachoeira do Caí (802 MW), UHE Jamanxim (881 MW), UHE Cachoeira dos Patos (528 MW), UHE Chacorão (3.336 MW), UHE Jardim de Ouro (227 MW), UHE Jatobá (2.338 MW) e UHE São Luiz do Tapajós (3.369 MW).

5. A HIDROPOLÍTICA

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH, 2003, 2006) revela que a região Norte possui a maior disponibilidade de água doce do país relacionada com a baixa densidade populacional, equivalente a 1,8 milhão m³/hab ano, do rio Amazonas com 455 mil m³/hab ano, e na vertente oeste do Tocantins, entre as sub-bacias dos rios Araguaia e Pará, próximas a 150 mil m³/hab ano.

Todavia, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (Brasil, 2011) essa mesma região possui o menor índice de atendimento total de água à população. Os dados do estado do Pará mostram que apenas 40% da população têm acesso ao abastecimento de água e, ainda assim a concentração maior se dá na capital. Essa contradição é alarmante no que tange a realidade da população nesse estado. Sabemos que o problema não está na disponibilidade aquífera, mas sim em como ela é distribuída ou até mesmo "privatizada" pelos órgãos governamentais. Na tentativa de entender a problemática da água, Bouguerra (2004) entende que a água é "um recurso bem mal repartido" e destaca ainda que o ideal seria haver uma disponibilidade acima de 1700 m³ por pessoa anualmente.

Trata-se então de uma má gestão dos recursos hídricos, bem como desvio de investimentos a fim de manter a riqueza hídrica com o propósito de geração de energia e causar na população um sentimento de revolta propenso às iminentes conflitos sobre o uso da água.

Marx escreveu:

> Mas cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço desse terreno, de modo que o solo que produz os exemplos de tais proposições feuerbachianas restringe-se progressivamente. A ‘essência’ do peixe é o seu ‘ser’, a água - para tomar apenas uma de suas proposições. A ‘essência’ do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a ’essência’ do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência. (MARX; ENGELS, 2007, P. 46-7, nota a).

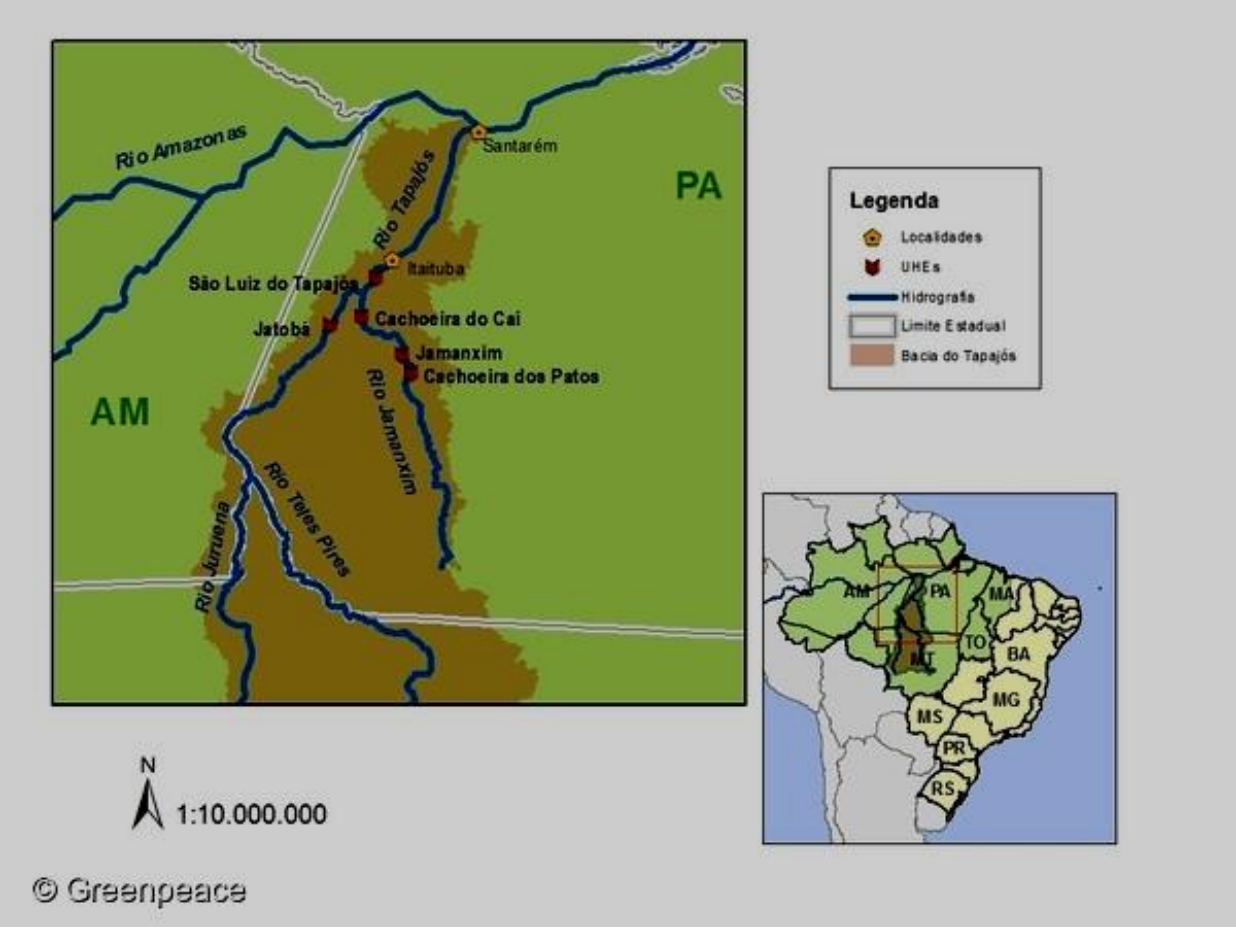
A água não deve ser entendida aqui apenas como mais um recurso natural transformado em mercadoria, como outrora defenderam teses do neoliberalismo econômico. Ela deve ser aceita e compreendida como um bem de direito universal de todos, tendo, mais do que valor econômico ou simbólico, um valor espiritual, sanitário, cultural, alimentar e de saúde pública. A água deve ser tratada como um patrimônio da humanidade, sem restrição de acesso aos povos, em particular aos da Amazônia brasileira.

6. AS USINAS DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS E JATOBÁ

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, estão previstas para entrar em funcionamento duas Usinas até o final desta década. O documento foi elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética e não contou com a presença de representantes das comunidades afetadas pela instalação do megaprojeto, que já possui licitação iniciada no IBAMA com um valor aproximado de R$ 23 bilhões.

A Usina de São Luiz do Tapajós está em fase mais adiantada, como pode ser observada no mapa abaixo:

MAPA 02 – Área de Estudo da Localização das Usinas Hidroelétricas



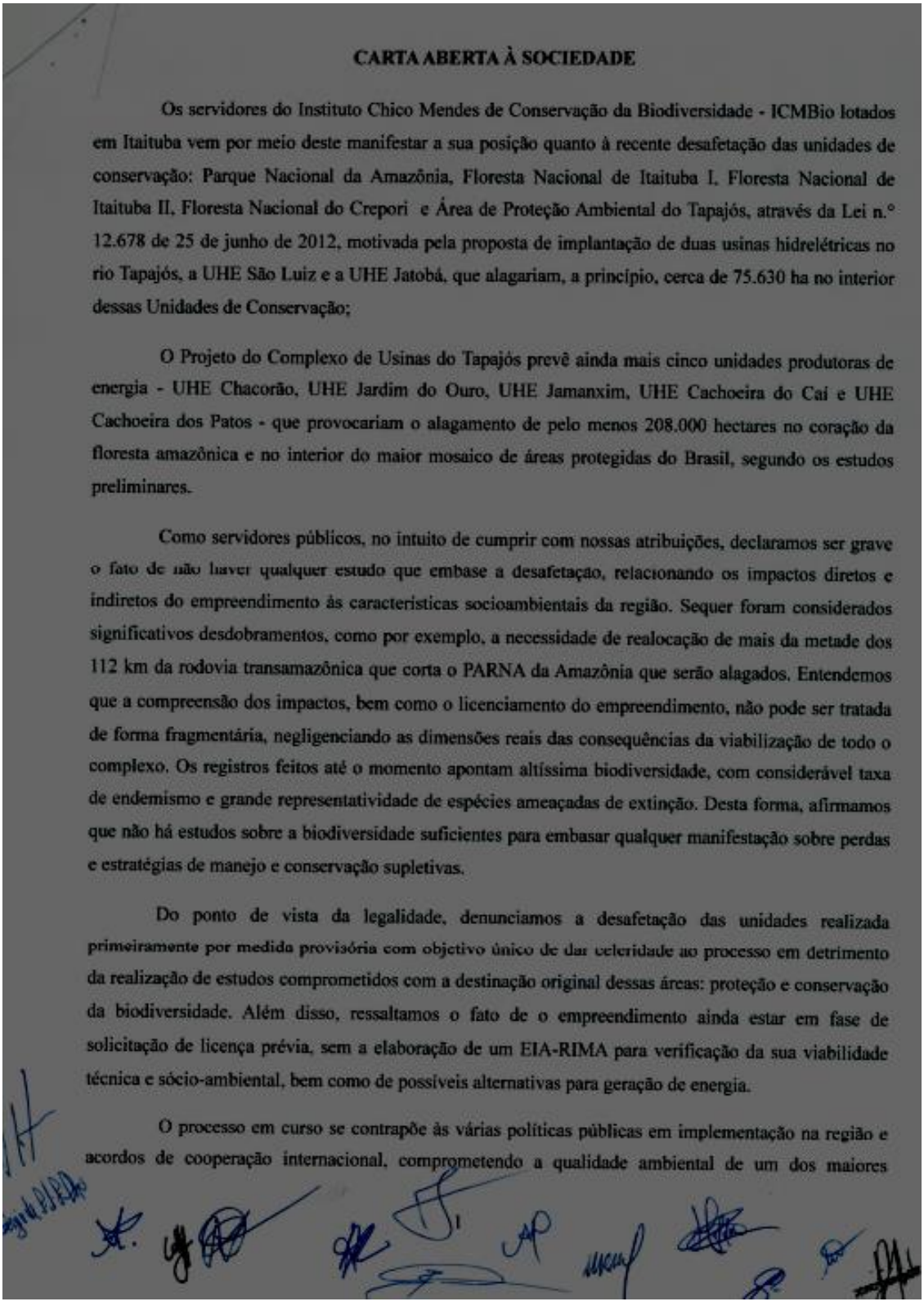
Fonte: Greenpeace, 2014.

Contudo, em novembro de 2012 teve seu licenciamento suspenso em primeira instância pelo MPF do estado do Pará. Como explica Fernando Antônio Oliveira Júnior:

> O pedido de suspensão se baseia em dois motivos. Em primeiro lugar, não foi realizada uma avaliação ambiental integrada. É preciso analisar o impacto conjunto de todas as usinas previstas para a bacia do Tapajós, e não o de apenas uma delas isoladamente. Além disso, não foi feita uma consulta prévia às populações [...] que vão ser afetadas pelos empreendimentos. Essa consulta tem que ser anterior a qualquer tipo de autorização. (JÚNIOR, 2012)

Um manifesto público, apresentado na imagem abaixo, foi elaborado pelos técnicos do órgão federal de Itaituba em julho de 2012 manifestando o descontentamento às obras em questão.

IMAGEM 01 – CARTA ABERTA À SOCIEDADE



CARTA ABERTA À SOCIEDADE

Os servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio lotados em Itaituba vem por meio deste manifestar a sua posição quanto à recente desafetação das unidades de conservação: Parque Nacional da Amazônia, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Itaituba II, Floresta Nacional do Crepori e Área de Proteção Ambiental do Tapajós, através da Lei n.° 12.678 de 25 de junho de 2012, motivada pela proposta de implantação de duas usinas hidrelétricas no rio Tapajós, a UHE São Luiz e a UHE Jatobá, que alagariam, a princípio, cerca de 75.630 ha no interior dessas Unidades de Conservação;

O Projeto do Complexo de Usinas do Tapajós prevê ainda mais cinco unidades produtoras de energia - UHE Chacorão, UHE Jardim do Ouro, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí e UHE Cachoeira dos Patos - que provocariam o alagamento de pelo menos 208.000 hectares no coração da floresta amazônica e no interior do maior mosaico de áreas protegidas do Brasil, segundo os estudos preliminares.

Como servidores públicos, no intuito de cumprir com nossas atribuições, declaramos ser grave o fato de não haver qualquer estudo que embase a desafetação, relacionando os impactos diretos e indiretos do empreendimento às características socioambientais da região. Sequer foram considerados significativos desdobramentos, como por exemplo, a necessidade de realocação de mais da metade dos 112 km da rodovia transamazônica que corta o PARNA da Amazônia que serão alagados. Entendemos que a compreensão dos impactos, bem como o licenciamento do empreendimento, não pode ser tratada de forma fragmentária, negligenciando as dimensões reais das consequências da viabilização de todo o complexo. Os registros feitos até o momento apontam altíssima biodiversidade, com considerável taxa de endemismo e grande representatividade de espécies ameaçadas de extinção. Desta forma, afirmamos que não há estudos sobre a biodiversidade suficientes para embasar qualquer manifestação sobre perdas e estratégias de manejo e conservação supletivas.

Do ponto de vista da legalidade, denunciamos a desafetação das unidades realizada primeiramente por medida provisória com objetivo único de dar celeridade ao processo em detrimento da realização de estudos comprometidos com a destinação original dessas áreas: proteção e conservação da biodiversidade. Além disso, ressaltamos o fato de o empreendimento ainda estar em fase de solicitação de licença prévia, sem a elaboração de um EIA-RIMA para verificação da sua viabilidade técnica e sócio-ambiental, bem como de possíveis alternativas para geração de energia.

O processo em curso se contrapõe às várias políticas públicas em implementação na região e acordos de cooperação internacional, comprometendo a qualidade ambiental de um dos maiores

conjuntos de terras protegidas do mundo. Lembramos todos os esforços já empreendidos para a implementação dessas Unidades de Conservação, ora desafetadas, realizados com recursos do Estado brasileiro e também com o apoio de diversos parceiros nacionais e estrangeiros.

Desta forma, convocamos toda a sociedade e as autoridades a assumir a responsabilidade de defender a democratização do processo, que gere informações com qualidade e promova amplo diálogo com atores locais, academia e poder público. Considerando que somos servidores do Estado e, não de um Governo, sendo nosso compromisso defender o patrimônio nacional, este subentendido como nossa flora, nossa fauna, e demais recursos naturais, temos a colocar o que segue:

Entendemos que o atual processo de desafetação de unidades de conservação na bacia do Rio Tapajós, realizado sem nenhum estudo técnico preliminar, em áreas de significativa biodiversidade ainda desconhecida, a favor de um empreendimento que não comprovou minimamente a sua viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, subverte gravemente as normas constitucionais de proteção ao patrimônio ambiental e os princípios fundamentais de gestão das unidades de conservação.

Acreditamos igualmente que a priorização de empreendimentos hidrelétricos frente à conservação da biodiversidade e ao modo de vida das populações tradicionais, utilizando-se da desafetação de áreas protegidas sem levar em conta critérios científicos e socioambientais, coloca em risco não apenas a integridade do mosaico de Unidades de Conservação gerenciado pelo ICMBio em Itaituba, mas a própria integridade do bioma amazônico.

Aline Kellermann
Chefe da Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo - ICMBio
Mat. 1715581 - Port. 674/2009

Javan Tarsis Nunes Lopes
Analista Ambiental - ICMBIO
Mat. 1724432

Luiz Haroldo C. Marques
Chefe da Flona do Jamanxim
Matrícula: 1165314

Maria Lucia Carvalho
Chefe do Parna da Amazônia
MAT. 1365926
PORT. 718/2009 - ICMBIO

Maite Alves Guedes
Chefe da Floresta Nacional do Crepori
Port. nº 98,24/02/2010
ICMBio - MMA

Maria Jocilene Soares da Silva
Analista Ambiental - ICMBio
Mat. 1779016

Analista Ambiental - ICMBio
Matr. 1830441

Márcio Soares Rabello
Analista Ambiental-ICMBio
APA do TAPAJÓS
Matrícula 1602418

Aline Lopes de Oliveira
Analista Ambiental - ICMBio
Mat. 1778281

MANOEL PEREIRA DE SOUSA
PARNA DA AMAZÔNIA
ICMBIO - ITB - PA

Simone Alvarado Rabelo
ANALISTA AMBIENTAL - ICMBio
MAT.: 1778942

Murilo Rezende Machado
Chefe da Floresta Nacional Amana

Analista Ambiental
Mat. 2573503

Analista Ambiental
Mat. 1713694

Analista Ambiental
Mat. 2514267
Flona Itaituba I

Fonte: ICMBio, 2012.

Segundo os pesquisadores, 90% das 400 espécies de peixes podem não resistir, além de espécies em extinção como a onça pintada, a jaguatirica e o tamanduá bandeira que irão perder seus lares na inundação causada pela hidroelétrica. Pode-se destacar que não há dúvidas de que o projeto causará danos irreparáveis na flora, fauna e sociedade, uma vez que irá reconfigurar a dinâmica existente nesta região.

6.1 Energia para quem?

Como consta no Plano Decenal de Expansão de Energia:

> Considerando a grande participação hidrelétrica da expansão planejada, [...]. A complementaridade e sazonalidade das vazões afluentes às usinas pode ser notada claramente, destacando-se os regimes hidrológicos do Sul que, apesar de irregulares, tendem as ser mais favoráveis no período de maio a setembro (a exemplo da UHE Itapiranga), sendo complementares às usinas do Sudeste/Centro-Oeste. (PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA 2021, p. 80)

É possível analisar que, a energia gerada nas usinas do estado do Pará irá apenas beneficiar os estados da região Sudeste e Centro Oeste, a fim de alimentar a demanda populacional e agrícola. Levanta-se a questão da finalidade de projetos bilionários, seus destinos e qual a real intenção escondida nos papeis.

7. ANALISANDO CONTEXTOS

O Brasil é um país que, desde a década de 1990 segue modelos políticos e econômicos neoliberais, instituído com a entrada de Fernando Collor na presidência. A partir de 1994, com a chegada do Plano Real e a estatização da economia a infraestrutura brasileira foi sucateada. Somado a esse cenário, as privatizações ocorreram demasiadamente, sobretudo nas empresas energéticas, acarretando em mau funcionamento das linhas de energia. O governo brasileiro liberou licenças para as grandes corporações garantindo mão-de-obra barata e baixo custo às obras, colocando empresas estatais, fundos de pensão e o BNDES para alavancar os negócios. A usina de Belo Monte é o exemplo mais bem acabado desse fenômeno. Só o grupo Eletrobras e os fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef) respondem, atualmente, por 70% da composição acionária do consórcio construtor da barragem.

Atualmente, existem quatro grandes projetos de extração e beneficiamento de bauxita no Pará, envolvendo gigantes como as brasileiras Vale e Votorantim, a norte americana Alcoa e a norueguesa Hydro. Uma das principais reclamações dessas indústrias, chamadas de eletro intensivas, por consumirem eletricidade em larga escala – é o preço da energia. O complexo hidrelétrico do Tapajós é uma dos caminhos para baratear os custos.

7.1 O papel do Estado

Como explanado anteriormente, o neoliberalismo faz parte da estrutura econômica brasileira, de maneira que há uma adaptação total aos padrões de competitividade, essa ideologia impõe que é melhor aquilo que é mais barato e beneficia um maior grupo de pessoas ao mesmo tempo. Concomitante à essa ideologia, entende-se que para as grandes corporações, o ideal é gerar mais energia que atenderá uma maior gama populacional, excluindo-se àqueles que irão arcar com os prejuízos, pois estão em minoria social. O estabelecimento de interesses burgueses como universais leva à distorção do que se entende por democracia, uma vez que apenas os interesses de uma pequena parcela da

população serão atendidos. A ideologia neoliberal compreende e tenta modelar a política social em circunstâncias determinadas, somando-se a isto um amplo processo de desregulamentação e liberalização dos fluxos comerciais e financeiros.

Um exemplo concreto é o das políticas de combate à pobreza. Nele, nota-se a preocupação com o foco do projeto. Essa política traz vantagens às classes mais altas, por motivos simples, os recursos para conquistar a sociedade pobre são limitados, o pobre custa pouco. Além disso, faz-se desses cidadãos clientes, para que eles sintam-se gratos àquilo que lhes é proporcionado.

7.2 A organização social brasileira

Analisando Darcy Ribeiro em O Povo Brasileiro, explana-se a tipologia das classes sociais, podendo ser diferenciadas em patronato, que adquirem sua riqueza através de práticas econômicas. As classes intermediárias, prestadoras de serviços. As classes subalternas, formada, por exemplo, por latifundiários. E, por fim a classe oprimida, marginalizada. Em sua maioria negra, moradora de periferias e favelas cuja luta precisa romper com a estrutura de classes. (RIBEIRO, 1995).

Daremos, a partir de agora maior importância a esta última classe cujo papel na história brasileira é fundamental. Desde os primeiros relatos de viajantes, o Brasil já era definido por seus povos distintos. No século XIX definimos nossa identidade a partir da raça, no século XX, um país no auge do branqueamento e na década de 1930 uma nação miscigenada. Fato é que o negro foi inserido na cultura brasileira a partir da escravidão, até hoje se sente o reflexo de tamanha injustiça. Uma população marginalizada e esquecida, que sofre com o genocídio de jovens negros, com o racismo, machismo que afeta mulheres negras, a sexualização do corpo negro, e outras tantas disparidades.

A Instituição do Estado não desconhece essas desigualdades, pior ainda, vê nela um sistema estratégico para o próprio enriquecimento, trata-se de uma população refém da mobilidade social, por estar inserida num sistema capitalista

onde não há garantias de ascensão monetária, além de prover mão-de-obra suficiente para exercer funções que não necessitem de inovações tecnológicas, sendo menos custoso o desenvolvimento intelectual dessa parcela da população.

8. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Falar sobre quilombos e comunidades quilombolas no cenário político atual é primeiramente falar de resistência, é também falar de lutas políticas em processo de construção. A fronteira étnico-cultural brasileira foi marcada pela preservação e disputa de territórios, assim como conflitos de terras que se estendem até os dias atuais. Em diferentes lugares do Brasil, sobretudo após a Abolição da Escravidão (1888), os negros não foram amparados pelo poder público, mas sim desqualificados e ignorados pelos mesmos. Os negros foram sendo sistematicamente expulsos de onde escolheram viver e, com isso a apropriação territorial por parte dos órgãos nacionais foi chegando a níveis cada vez mais extremos.

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, onde se encontra no artigo nº 68 que:

> "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A luta das comunidades negras pela regularização dos territórios antecede a promulgação da Constituição de 1988. No Pará, as comunidades já estavam mobilizadas pela defesa das terras ainda na década de 1970. A partir de 1988, as comunidades negras obtiveram o direito à titulação de suas terras e o Estado ficou com a responsabilidade pela emissão dos títulos. Na impossibilidade de regularizar todas as terras reivindicadas pelas comunidades negras, o Estado passou a executar políticas públicas em relação à moradia, educação, vias de acesso, saúde, comunicação e outros. As políticas públicas destinadas às comunidades negras surtiram efeito e melhoraram a qualidade de vida deste segmento social, no entanto, algumas críticas podem ser feitas ao Estado, pois as titulações das terras não estão ocorrendo no ritmo desejado pelas comunidades

negras. Até julho de 2012, segundo o INCRA, somente 6% das comunidades negras foram tituladas e as demais aguardam ansiosamente pela solução da questão fundiária.

A realidade nas comunidades negras é muito diferente do que se imagina. A maioria das comunidades negras esteve por muito tempo fora dos planos de desenvolvimento do Estado. Não raro, encontramos comunidades que não possuem estradas, água potável nas casas, sistema de esgoto coletivo, energia elétrica, postos de saúde, telefone público e outros. Até pouco tempo havia comunidades que não possuíam escolas. Decorre daí que, a simples apropriação do espaço pela própria comunidade precisava tornar-se um local de lutas.

8.1 Os Quilombos

Para esta parcela da sociedade, os quilombos formam um local de direito a ser reconhecido e não apenas relembrado. A expressão quilombo vem sendo utilizada desde o período colonial. Segundo Ney Lopes:

> [...] quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa (Lopes, Siqueira e Nascimento, 1987, p. 27-28).

David Birmigham (1974) sugere que o quilombo se origina na tradição mbunda, através de organizações clânicas, e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses.

Kabengele Munanga recupera a relação do quilombo com a África, afirmando que:

> [...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos. (MUNANGA, 1995, p. 57)

Para este autor, a inspiração proveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural bantu nos séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas, formadas por homens

guerreiros cujos rituais iniciativos tinham a função de unificar diferentes linhagens. O quilombo como uma forma de organização, tal como enfocado por Clóvis Moura (1981), irá acontecer em todos os lugares onde ocorreu a escravidão. Este autor utiliza o conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política:

> Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; *coromangee ranger*, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (MOURA, 1987, p. 12-13).

Clóvis Moura chega à conclusão de que o quilombo vira “fato normal” na sociedade escravista e desta até os dias atuais. Esse “fato normal” levantado por Moura é esclarecido para descrever o fenômeno na atualidade, já que há evidências de que um processo de segregação residencial dos grupos de fato ocorreu, bem como o deslocamento, o realocamento, a expulsão e a reocupação do espaço.

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária. O texto final do artigo 68 da Constituição Federal, ao falar

em “remanescentes das comunidades dos quilombos” irá, inicialmente, dificultar a compreensão do processo e criar vários impasses conceituais.

A noção de “remanescente”, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de “quilombo”, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva. Mas foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos. Foi-se necessário remodelar seu papel para resgatar a noção de quilombo dentro dos movimentos negros contemporâneos.

9. A REALIDADE PARAENSE MARCADA POR CONFLITOS DE TERRAS E RACIAIS

Cabe situar brevemente a ocupação desse estado para compreender a importância da análise. O Pará surge um século após a chegada dos portugueses, que tomaram a foz do rio Amazonas com o objetivo de se protegerem das invasões de outras nações. Em torno de 1750, as condições de vida ali ainda eram muito precárias devido à ausência de uma economia forte como a cana-de-açúcar ou o ouro. Foi apenas no século XIX, com a extração da goma elástica que houve um surto econômico, também conhecido como o *boom* da borracha. Na virada do século XIX para o XX, o surto econômico foi suspenso e não havia nada para colocar no lugar.

A partir do governo Vargas, iniciou-se uma série de políticas para o desenvolvimento dessa região, com a intervenção de grandes projetos ou megaprojetos a fim de alavancar e transformar a economia regional por meio de atividades de interesses comerciais. Essas transformações tiveram como mola propulsora uma ocupação populacional desenfreada movida por migração espontânea ou estimulada por projeto de colonização, fruto da conjugação entre incentivos fiscais, e a implantação de eixos rodoviários e grandes projetos de mineração (Becker, 2005).

As comunidades negras lutam pela titulação de suas terras e, muitas delas, estão envolvidas em conflitos fundiários com fazendeiros, espertalhões, grileiros. Não raro, seus moradores são discriminados. As comunidades são formadas por camponeses negros e mestiços com muitos problemas socioeconômicos, consequência do abandono por parte do Estado. Para sobreviver, as comunidades tiveram que se organizar de forma peculiar, utilizando conhecimentos próprios passados pelos mais velhos.

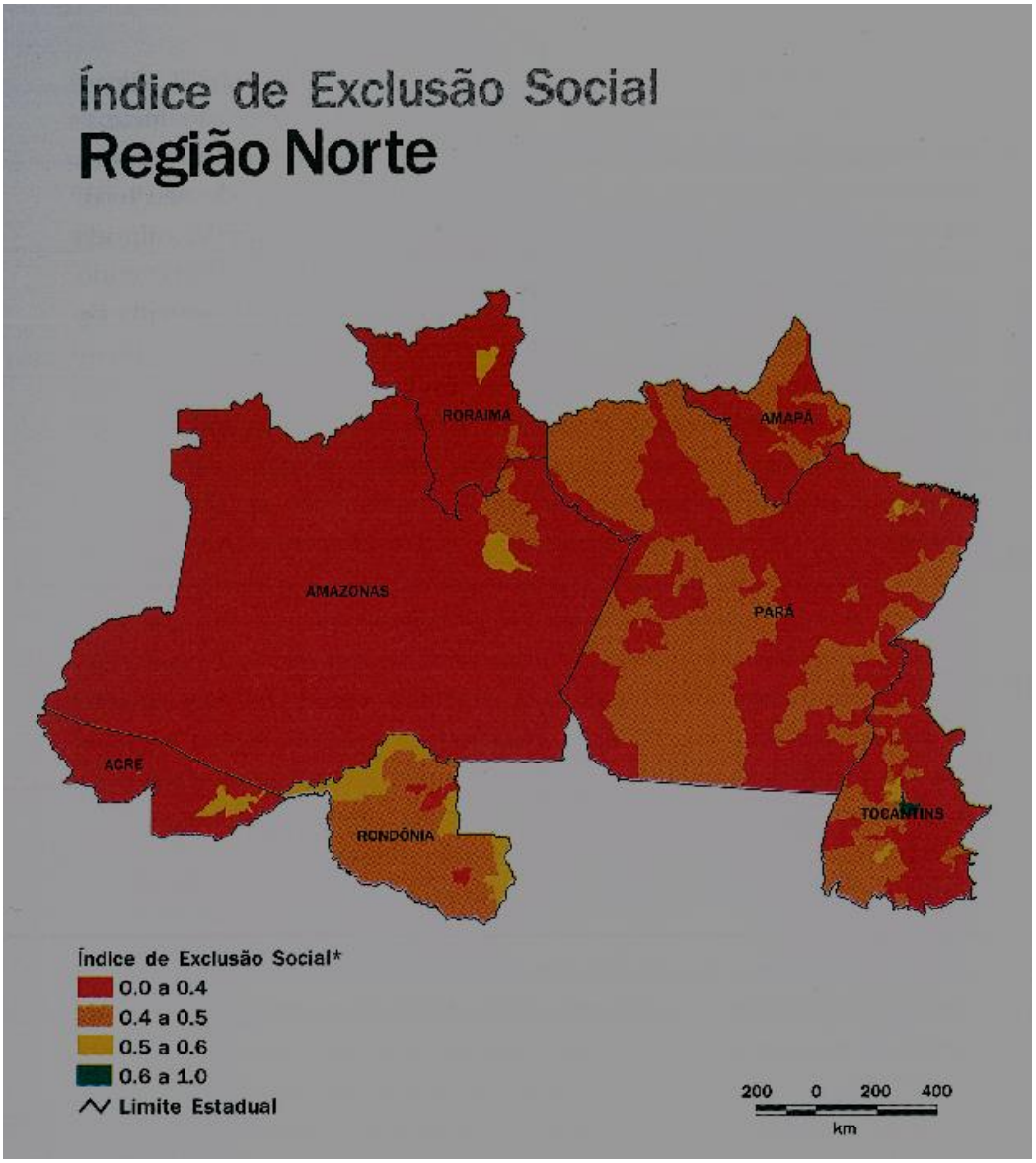
Altamira, no estado do Pará, é a cidade com maior taxa de homicídio do Brasil segundo o Atlas da Violência publicado em 2017 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).que identifica o município de Altamira, como o “campeão” nacional em

taxa de homicídio, com 105,2% (114 homicídios para uma população de 108.382 pessoas), quase 13% acima do segundo colocado, o município de Lauro de Freitas/BA, com 92,5%. Assim, apresenta ao Brasil dados estatísticos que já são socialmente visíveis na rotina da cidade há pelo menos sete anos, numa coincidência intencional (ou causal) com o processo de implantação das hidroelétricas. De forma complementar, o Mapa da Violência de 2014, com dados de homicídio geral e homicídios de jovens com recorte racial entre os anos de 2008 e 2012, indicava uma taxa per capita de 85,0 homicídios para cada 100 mil habitantes, colocando Altamira na 3ª posição entre os municípios do estado do Pará e 44ª posição no ranking nacional. Este mesmo estudo revelou que a taxa de homicídio per capita de pessoas brancas era de 44,3 por 100 mil habitantes, enquanto a de negros alcançou o patamar de 106,1 por 100 mil habitantes em Altamira, indicando que as pessoas negras, sobretudo jovens, têm mais do dobro de risco de serem assassinadas, em relação à branca.

Esses dados se relacionam apenas aos índices de homicídio, sem contar a violência de cunho social como agressão à mulher, violência sexual contra crianças e adolescentes e tráfico de drogas. Todo esse contexto surge como reflexo da desigualdade e degradação territorial causada pela implementação de megaprojetos na região. Nisso, o rápido inchaço populacional, o atraso de cumprimento de várias condicionantes socioambientais e a falta de fortalecimento prévio das políticas públicas são alguns dos principais efeitos do modelo de desenvolvimento que forja a obra da grande hidrelétrica, ou melhor, que delineia a violência estrutural da lógica operacional de exploração capitalista deste empreendimento.

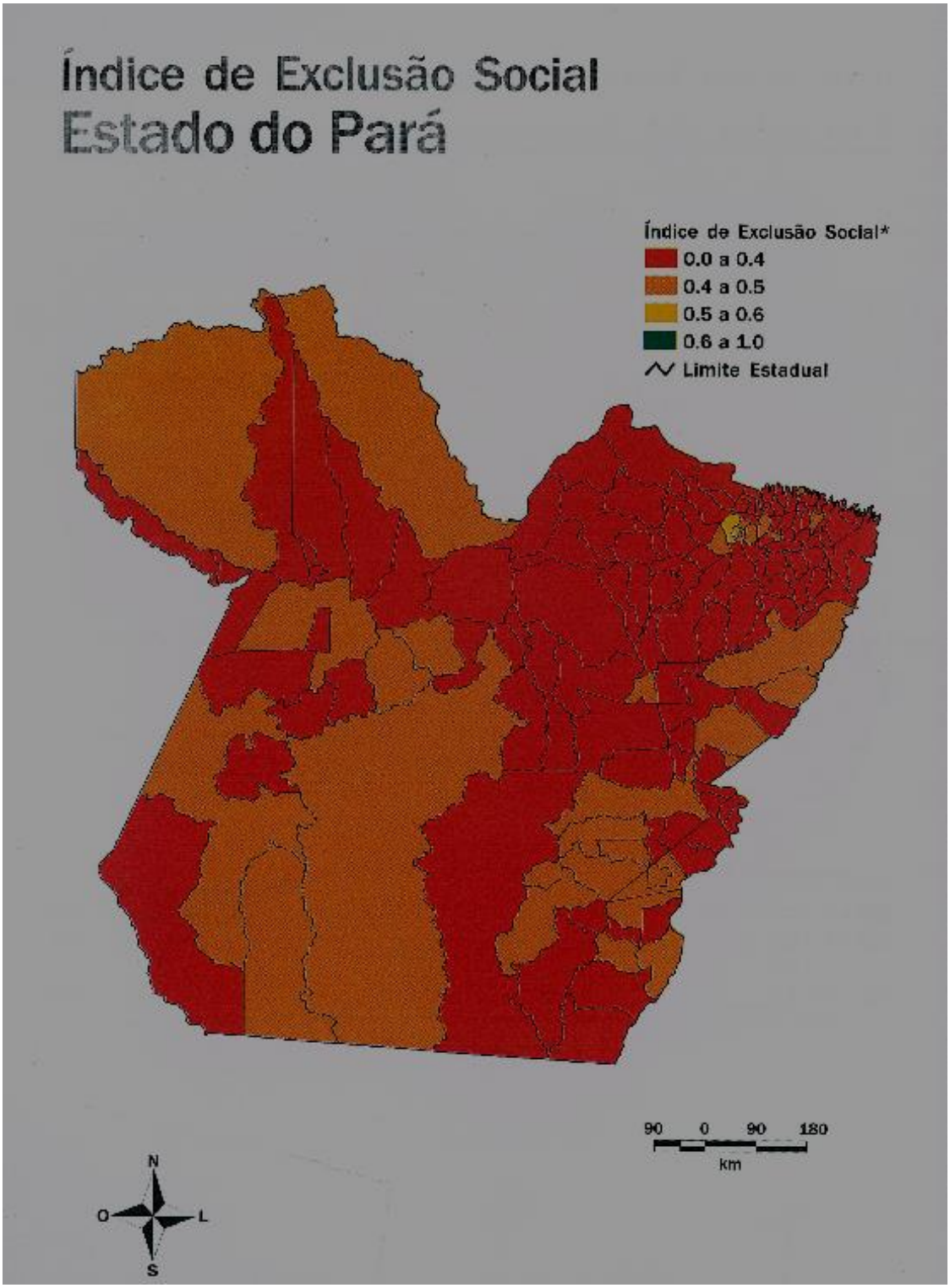
Esses fatores podem ser percebidos e relacionados no mapa a seguir, onde é possível observar o índice de exclusão social.

MAPA 03 – Índice de Exclusão Social – Região Norte



Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, 2003.

MAPA 04 – Índice de Exclusão Social – Estado do Pará



Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, 2003.

Após setembro de 2015 e ainda hoje, com a redução considerável da circulação de riquezas e do quadro populacional, percebe-se não apenas o aumento do desemprego, do trabalho informal e das dificuldades de manutenção da máquina pública para custeio dos serviços essenciais à população, mas também a continuidade da alta intensidade de violências sociais e a remodelação de algumas delas, como o tráfico de drogas e a exploração sexual, para assegurar a manutenção do lucro dos mercados criminosos.

Outra característica dessa violência no estado são as chacinas ou morte por extermínio. O padrão típico destes atos de assassinatos coletivos de pessoas segue, em muitos dos casos, o liame iniciado com o assassinato prévio de policial militar e posterior homicídio contra pessoas em determinados bairros da cidade. Assim, por exemplo, no dia 20 de novembro de 2015, depois da morte de um policial militar, oito pessoas foram mortas e seis ficaram feridas por tiros de armas de fogo num espaço temporal de seis horas. Até hoje sem que a Polícia ou a Justiça tenham identificado os prováveis culpados. É mais do que provável que a dificuldade de identificação ou responsabilização dos envolvidos se deva à presença de agentes públicos, especialmente policiais, como membros destes grupos de extermínio.

Em “O Massacre”, livro de Eric Nepomuceno retrata-se a morte de dezenove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outros 67 feridos, atacados pela Polícia Militar em 19 de abril de 1996, onde marchavam em protesto contra a demora na desapropriação de terras. A polícia que estava encarregada de tirá-los do local abriu fogo contra todos que estavam em sua frente. Até hoje ninguém foi punido pelo acontecido.

10. TITULAÇÃO DAS TERRAS

A Constituição Federal de 1988 assegurou às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras. Os procedimentos para a identificação e titulação das terras quilombolas são orientados, além da legislação federal, por legislações estaduais.

As legislações estaduais são seguidas quando a titulação é conduzida por um órgão do governo do estado. No Pará quem conduz é o Instituto De Terras do Pará (Interpa). Já na esfera federal, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o órgão responsável por titular as terras de remanescentes de quilombo.

> Desde 1998 estamos lutando para que as nossas terras sejam nossas de acordo com os trâmites legais, por meio de documentos. A federação abrange 12 comunidades e nenhuma dessas passou pelo processo de titulação até hoje. Quanto mais demora os conflitos se agravam. (RELATO DE UM QUILOMBOLA, 2017).

Atualmente, o Incra disponibiliza um quadro geral do andamento dos processos de titulação das terras brasileiras, como apresentado abaixo:

TABELA 01 – Quadro Geral da Titulação de Terras em Belém - PA

Andamento dos Processos - Quadro Geral					
SR	Comunidade	Município	Área/ha	Número de Famílias	Etapa
BELÉM - PA 01	Cacau e Ovo	Colares Ilha	3.552,8209	44	DECRETO NO DOU
	Narcisa	Capitão Poço	618,9320	7	DECRETO NO DOU
	Sto. Antonio, Ipanema, Igarapé Dona e Campo Verde (ARQUINEC)	Concórdia do Pará	5.981,3412	180	TITULADO
	São Judas Tadeu (ARQUIOB)	Bujaru	2.003,6961	86	PORTARIA NO DOU
	Bacabal	Salvaterra	516,2471	55	DECRETO NO DOU
	Gurupá	Czachoeira do Arar	10.026,1608	149	DECRETO NO DOU
	Santa Luzia	Salvaterra	522,7208	20	RTID

Fonte: INCRA-DFQ, 2016.

TABELA 02 – Quadro Geral da Titulação de Terras em Santarém - PA

SANTARÉM - PA 30	Arapemã	Santarém	3.828,9789	74	PORTARIA NO DOU
	Saracura	Santarém	2.889,9571	92	PORTARIA NO DOU
	Bom Jardim	Santarém	2.654,8628	49	DECRETO NO DOU
	Tiningu	Santarém	4.271,7502	85	RTID
	Nossa Senhora das Graças	Óbidos	576,6000	48	RTID
	Peruana	Óbidos	1.945,5300	16	RTID

Fonte: INCRA-DFQ, 2016.

Também disponibilizado pelo Incra, há a relação de processos abertos como pode ser visualizado a seguir:

TABELA 03 – Relação de processos abertos no Estado do Pará

Relação de Processos Abertos					
UF/SR	Nº De Ordem	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano De Abertura
PARÁ 01	1	54100.000321/2004-47	Campina	Salvaterra/Marajó	2004
	2	54100.002187/2004-19	Itamoary	Cachoeira do Piriá	2004
	3	54100.002190/2004-32	São Judas Tadeu - ARQUIOB	Bujaru	2004
	4	54100.000111/2005-30	Cacau e Ovo	Colares Ilha	2005
	5	54100.000114/2005-73	Deus Ajude	Salvaterra/Marajó	2005
	6	54100.000115/2005-18	Bacabal	Salvaterra/Marajó	2005
	7	54113.000245/2005-10	Pimenteiras	Santa Luzia do Pará	2005
	8	54113.000248/2005-45	Maracaxeta, Nova Laudicéia, Boa Vista, São José do Sagrado Coração de Patauateua, São José de Açeiteua, Montanta, São Miguel Arcanjo.	Irituia	2005
	9	54100.000849/2005-05	Narcisa	Capitão Poço	2005
	10	54100.001570/2005-31	Ipanema, Campo Verde, Igarapé Dona e Santo Antonio - ARQUINEC	Concórdia do Pará	2005
	11	54100.001686/2005-70	Salvar	Salvaterra/Marajó	2005
	12	54100.002233/2005-61	Gurupá	Cachoeira do Arari/ Marajó	2005
	13	54100.002289/2005-15	Santa Luzia	Salvaterra/Marajó	2005
	14	54100.000038/2007-68	São José de Mutuaca	Curralinho/Marajó	2008
	15	54100.001837/2006-71	Vila Mariana	Viseu	2007
	16	54100.000069/2007-19	São Benedito	Salvaterra/Marajó	2008
	17	54100.000075/2007-76	Paixão	Salvaterra/Marajó	2008
	18	54100.000076/2007-11	Rosário	Salvaterra/Marajó	2008

Fonte: INCRA-DFQ, 2016.

TABELA 04 – Relação de processos abertos no Estado do Pará

Relação de Processos Abertos					
UF/SR	Nº De Ordem	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano De Abertura
PARÁ 01	19	54100.000290/2007-77	Caldeirão	Salvaterra/Marajó	2007
	20	54100.000426/2007-49	Boa Vista	Salvaterra/Marajó	2007
	21	54100.000458/2007-44	Pau Furado	Salvaterra	2007
	22	54100.000459/2007-99	São João	Salvaterra	2007
	23	54100.000718/2007-81	Arquinec	Concórdia do Pará	2007
	24	54100.002880/2007-34	Sauá Mirim, Taperinha, Ipixunhinha	São Domingos do Capim	2007
	25	54100.000571/2009-91	São José do Gurupi	Viseu	2009
	26	54100.016347/2009-11	Fugidos Rio Tucunaré	Baião	2009
	27	54100.001306/2010-64	Bairro Alto	Salvaterra/Marajó	2010
	28	54100.000589/2010-27	Mangueiras	Salvaterra/Marajó	2010
	29	54100.011549/2011-91	Boa Vista do Itá	Santa Isabel do Pará	2011
	30	54100.000093/2013-04	Siricari	Salvaterra/Marajó	2013
	31	54100.003164/2013-12	Santa Maria do Curaçá	Irituia	2013
	32	54100.002023/2013-82	São Pedro	Tomé-Açu	2013
	33	54100.002024/2013-27	Amarqualta	Acará	2013
	34	54100.003652/2013-20	Tartarugueiro	Ponta de Pedras/Marajó	2013
	35	54100.003655/2013-63	Providência	Salvaterra/Marajó	2013
	36	54100.003857/2013-13	Jacarequara	Santa Isabel do Pará	2013
	37	54100.000433/2014-70	Ilha Santana	Ponta de Pedras	2014

Fonte: INCRA-DFQ, 2016.

TABELA 05 – Relação de processos abertos no município de Santarém - PA

Relação de Processos Abertos					
UF/SR	Nº De Ordem	Nº Processo	Comunidade	Município	Ano De Abertura
SANTARÉM 30	1	54105.002167/2003-17	Arapemã	Santarém	2003
	2	54105.002168/2003-61	Murumurutuba	Santarém	2003
	3	54105.002169/2003-14	Saracura	Santarém	2003
	4	54105.002170/2003-31	Murumuru	Santarém	2003
	5	54105.002171/2003-85	Bom Jardim	Santarém	2003
	6	54105.002172/2003-20	Tiningu	Santarém	2003
	7	54105.000030/2004-21	Patauá do Umirizal	Óbidos	2004
	8	54100.002189/2004-16	Alto Trombetas (Mãe Cué, Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abuí)	Oriximiná	2004
	9	54100.000755/2005-28	Ariramba	Óbidos	2005
	10	54501.009417/2006-10	Pérola do Maicá	Santarém	2006
	11	54501.016339/2006-18	Muratubinha. Mondongo e Igarapé-açú dos Lopes	Óbidos	2006
	12	54501.016340/2006-34	Nossa Senhora das Graças (Paraná de Baixo)	Óbidos	2006
	13	54501.016341/2006-89	Arapucu	Óbidos	2006
	14	54501.016342/2006-23	Peruana	Óbidos	2006
	15	54501.007690/2007-91	Maria Valentina (Comunidades Nova Vista de Ituqui, São Raimundo do Ituqui e São José do Ituqui)	Santarém	2007
	16	54501.002737/2013-78	Patos do Ituqui	Santarém	2013
	17	54501.001830/2014-46	Cachoeira Porteira Vila Nova	Oriximiná	2014
	18	54501.001765/2014-59	Alto Trombetas II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	2014

Fonte: INCRA-DFQ, 2016.

11. OS MOVIMENTOS NEGROS

Inicia-se em 1931 a Frente Negra Brasileira (FNB) e em 1978 o Movimento Negro Unificado duas entidades que até hoje são as mais expressivas no que diz respeito à sua organização política. A FNB tomou forma em um momento de crise, a quebra da bolsa de Nova York fez com que o desemprego subisse e, aos poucos o país começava a conhecer formas mais racionais de produção capitalista. No contexto da busca por empregos, iniciou-se um fluxo migratório dos campos para a cidade. Coube à FNB um papel fundamental de agregar os negros numa organização política, representativa, que defendia seus interesses junto aos órgãos públicos.

A FNB foi uma das pioneiras a denunciar o “preconceito de cor” , assim como a primeira organização a utilizar o termo “movimento negro” utilizando suas vozes contra brancos que mantinham negros em posições subalternas, clamando que o racismo era uma superstição.

Em 1937, com a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas, todos os partidos políticos – inclusive a Frente Negra – foram declarados ilegais e dissolvidos. A partir daí e praticamente até a Redemocratização, em 1945, os movimentos sociais negros tiveram de recuar para suas formas tradicionais de resistência cultural. A única possível exceção neste período (mas que se insere no contexto de resistência cultural) deve-se à ação de Abdias do Nascimento, que em 1944 no Rio de Janeiro, fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN). Nascimento foi o responsável por expressiva produção teatral onde buscava dinamizar “a consciência da negritude brasileira” e combater a discriminação racial. Conforme expressou o próprio Nascimento

A partir dos anos 1960, a ditadura militar brasileira inviabilizou todas as manifestações de cunho racial. Os militares transformaram o mito da “democracia racial” em peça-chave da sua propaganda oficial, e tacharam os militantes (e mesmo artistas) que insistiam em levantar o tema da discriminação como “impatrióticos”, “racistas” e “imitadores baratos” dos ativistas estadunidenses que lutavam pelos direitos civis. Nessa década, a caminhada dos grupos no Brasil ganha novas influências e referências, como o Movimento dos Direitos Civis nos

EUA e a luta africana contra a segregação racial e libertação de colônias. Destacam-se personalidades como Rosa Parks, Martin Luther King, Nelson Mandela e Abdias Nascimento.

O movimento negro, enquanto proposta política, só ressurgiria realmente em 7 de Julho de 1978, quando um ato público organizado em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, deu origem ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). A data, posteriormente, ficaria conhecida como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. A constituição do MNU como foro privilegiado de debates sobre a discriminação racial refletiu-se na atitude do Estado em relação ao tema, culminando com a criação em 1984 do primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais afro-brasileiros: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no governo Franco Montoro. Foi ainda de Montoro a iniciativa de indicar um representante dos negros para a chamada Comissão Arinos, que criminalizou a discriminação racial na Constituição brasileira de 1988.

A Marcha Zumbi, realizada em Brasília em 1995, contou com a presença de 30 mil pessoas, despertando a necessidade de políticas públicas destinadas aos negros, como forma compensatória e de inclusão nos campos socioeducativos. Com dados alarmantes do IBGE e IPEA , um decreto do governo FHC instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Porém, a instauração de medidas práticas passa a ser realizada só após a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância (Durban, África – 2001). A partir desse momento, o governo brasileiro passa a ter interesse em demonstrar, efetivamente, o cumprimento de resoluções determinadas internacionalmente pelos órgãos de Direitos Humanos. Desse momento em diante, são criados programas de cotas, iniciativas estaduais e municipais, e em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).

12. CONCLUSÃO

Em vista dos fatos mencionados, entende-se a violação dos direitos das comunidades quilombolas quandoreferimos-nos aos megaprojetos que estão sendo discutidos e implementados na região do Vale do Tapajós. Além de ser uma afronta para com a cultura local é ainda uma maneira de devastar áreas de preservação e maximizar a extrinção de espécies locais.

Com relação ao explanado decorrente da historicidade da região, e estado do Pará sofreu e ainda sofre com diversas violências de cunho social que interferem na vida da população, tais como o nível de violência da comunidade negra, a violência contra a mulher, violência infantil, o tráfico de drogas, a violência policial relacionada à luta pelo direito à terra, entre tantos outros.

Aqui, vê-se o descaso governamental que se apropria das terras quilombolas unicamente para a construção das Usinas Hidroelétricas, visando o lucro do capital e o enriquecimento próprio. Deixando a população à mercê da criminalidade e riscos que podem ocorrer diariamente.

Nesse ponto entra em ação as variadas reivindicações do movimento negro juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens que unidos trabalham para barrar as decisões federais que acarretam em distúrbios locais e também proporcionar esclarecimento para a população afetada diretamente pelos impactos.

É fundamental que haja uma continuidade desses movimentos, pois é a partir deles que alguns progressos foram obtidos com relação à titulação de terras no Pará. Há ainda muito que ser conquistado, porém pequenas vitórias carregam pesos enormes quando se discute privilégios em uma sociedade racista.

13. REFERÊNCIAS

ARATO, A. Sociedad civil y teoria política. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BORDALO, C. A. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 120-137, abril. 2017. ISSN 2179-0892.

BOUGUERRA, M. As batalhas da água: por um bem comum da humanidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COHEN, J. Sociedade Civil e globalização: repensando categorias. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3. , 2003.

COUTINHO. Carlos Nelson. A Democracia Como Valor Universal. 1979.

DURIGHETTO. Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia. Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007. 240p.

Estudos de Inventário Hidrelétrico das Bacias dos Rios Tapajós e Jamanxim – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. – Eletronorte e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CCCC – 2008

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos; apresentação de Lilia Moritz Schwartz – 2. Ed. Revista – São Paulo: Global, 2007.

FIABIANI, Ademir; SANTOS, Eliziane Sasso dos. Educação em comunidades negras rurais: do sonho à realidade. MEC – Secad – Berta Becker, 2005.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAINWARING, S.; VIOLA, E. New Social movements, political culture and dmocracy: Brazil and Argentina. Paris: Kellog Institute, Working Paper #33, 1984.

MORAES. Reginaldo. Neoliberalismo – De onde vem, para onde vai?. Editora Senac, São Paulo, 2001.

PARÁ. Constituição do Estado Federado do Pará de 1989. Disponível em: www.alepa.pa.gov

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Documento base de referência (minuta). Brasília: MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, 2003.

PNRH. PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Águas para o futuro: cenário para 2010. Brasília: MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, 2006. v. 2. _____.

POCHMANN, M. (Org.) ; AMORIM, Ricardo (Org.) . Atlas da Exclusão Social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1

REIS. João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996, 509p.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208p.

SEM, Amartya. Desigualdade Reexaminada. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA. Maria Auxiliadora Gonçalves da. Encontros e Desencontros de um movimento negro. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1994.

14. BIBLIOGRAFIA ONLINE

http://www.cedenpa.org.br - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará [acessado em 12 de junho de 2017]

GEOUSP (Online), São Paulo, v. 21, n. 1, p. 120 – 137, jan./abr. 2017 [acessado em 4 de agosto de 2017]

http://www.mabnacional.org.br/amazonia/tapajos - Movimento dos Atingidos por Barragens [acessado em 10 de outubro de 2017]